



Diário Oficial do **Município**

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

segunda-feira, 13 de novembro de 2017

Ano I - Edição nº 00153 | Caderno 1

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa publica



Praça Coronel Adalberto Ribeiro Sampaio | 253 | Centro | Ruy Barbosa-Ba

ruybarbosa.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
B342E1F17E328520352D07F77C44F343

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

SUMÁRIO

- DECRETO Nº 056/2017, 13 DE NOVEMBRO DE 2017.
- LEI Nº 22, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017 - Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2018 e dá outras providências.

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

Decreto



DECRETO Nº 056/2017, 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

“Convoca a III Conferência Municipal de Educação – COMED – em Ruy Barbosa, e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE RUY BARBOSA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, e, CONSIDERANDO:

- a) O disposto no Artigo 6º, inciso II da Lei Federal 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação.
- b) Portaria Federal nº 1.410/2010, publicada no Diário Oficial da União nº 240 e alterada pela Portaria nº 502/2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada, para o dia 05 de dezembro de 2017 (turnos matutino e vespertino), a III Conferência Municipal de Educação – COMED de Ruy Barbosa.

Art. 2º - O tema central da Conferência é “A Consolidação do Sistema Nacional de Educação (SNE) e o Plano Nacional de Educação (PNE): monitoramento, avaliação e proposição de políticas para a garantia do direito à educação de qualidade social, pública, gratuita e laica”.

Art. 3º - Ao Secretário Municipal de Educação através de ato legal, compete:

I - Formar a comissão de modo a estabelecer a estrutura organizacional da Conferência;

II - Indicar o pessoal técnico e administrativo para coordenar os trabalhos da III COMED.

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

ESTADO DA BAHIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
GABINETE DO PREFEITO

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE RUY BARBOSA-Ba

13 de novembro de 2017.

Luiz Claudio Miranda Pires

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

Lei

2018



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511

www.ruybarbosa.ba.gov.br

LEI Nº 22, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2018 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RUY BARBOSA, ESTADO DA BAHIA, faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - São estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal e no art. 159, § 2º, da Constituição Estadual e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, compreendendo:

- I – as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II – as metas e riscos fiscais;
- III – a organização e estrutura dos orçamentos;
- IV – as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos;
- V – as disposições referentes às transferências voluntárias;
- VI – das normas relativas ao controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VII – as alterações na legislação tributária do Município;
- VIII – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- IX – as disposições sobre a dívida pública municipal e operação de crédito;
- X – as disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - Constituem prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2018, os Programas indicados no Anexo I desta Lei.

§ 1º As metas e ações de cada programa prioritário constante do Anexo referido no caput deste deverão estar de acordo com aquelas especificadas no PPA – Plano Plurianual – 2018/2021, sendo que por se tratar de um ano atípico, onde a elaboração da LDO antecede a elaboração do PPA, o Anexo I, será incorporado automaticamente a esta Lei, depois de devidamente apreciado e aprovado pelo Legislativo Municipal.

§ 2º - As prioridades e metas da Administração Pública Municipal devem refletir a todo tempo, os objetivos da política econômica governamental, especialmente, aqueles que integram o cenário em que se baseiam as metas fiscais, e da política social.

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511

www.ruybarbosa.ba.gov.br

§ 3º - Com relação às prioridades estabelecidas neste artigo, observar-se-á ainda, o seguinte:

I - suas dotações não poderão sofrer anulação para financiar créditos adicionais, salvo após justificativa circunstanciada pelo titular do órgão responsável pela implementação das prioridades pertinentes e autorização do Chefe do Poder Executivo;

II - em caso de necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão ressaltar, sempre que possível, as ações que constituam metas e prioridades estabelecidas nos termos deste artigo.

§ 4º - As prioridades de que trata o caput são passíveis de revisão, alteração e atualização no Projeto de Lei Orçamentária para 2018, caso ocorra a necessidade de ajustes nas diretrizes estratégicas do município.

Art. 3º - No estabelecimento das ações que serão contempladas na Lei Orçamentária do exercício de 2018 a Administração Municipal observará as seguintes diretrizes gerais:

I - valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais;

II - austeridade na utilização dos recursos públicos;

III - fortalecimento da capacidade de investimento do Município, em particular para as áreas sociais básicas e de infra-estrutura econômica.

IV - empreender iniciativas e ações sociais, econômicas, educacionais e culturais.

V - priorização para os projetos de educação fundamental, proteção para criança, saúde e saneamento básico;

VI - preservação do interesse público e defesa de seu patrimônio, inclusive ambiental;

VII - obtenção de níveis satisfatórios de arrecadação tributária municipal, através da instituição e regulamentação dos tributos que sejam de sua competência tributária, bem como o estabelecimento de sistemas adequados de fiscalização, arrecadação, controle e cobrança de tributos e da Dívida Ativa.

VIII - modernização e ampliação da infra-estrutura, identificação da capacidade produtiva do município, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, utilizando parcerias com outras esferas do governo, bem como a iniciativa privada.

IX - Formulação e execução de políticas sociais relacionadas com proteção da infância e juventude;

X - Promoção eficaz de políticas públicas de combate ao trabalho infantil e profissionalização de adolescentes;

§ 1º - Garantir um percentual mínimo da receita tributária líquida anual, para a promoção eficaz de políticas públicas de combate ao trabalho infantil e profissionalização de adolescentes.

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511

www.ruybarbosa.ba.gov.br

§ 2º - Garantir um percentual mínimo do Fundo de Participação dos Municípios – FPM ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, adotando medidas eficazes de combate ao trabalho infantil e profissionalização de adolescentes.

Art. 4º- As prioridades e metas de que trata este Capítulo terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos para o exercício de 2018, não se constituindo limites à programação das despesas.

CAPÍTULO II DAS METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 5º - Integra a presente Lei os anexos estabelecidos nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único: Os anexos referidos no caput deste artigo estão em consonância com as orientações contidas no Manual de Elaboração do Anexo de Metas Fiscais e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária além do Manual de Elaboração do Anexo de Riscos Fiscais e do Relatório de Gestão Fiscal, aprovado pela Portaria STN n.º 403 de 28 de junho de 2016.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 6º - Para fins de organização, estruturação e execução dos orçamentos, conceituam-se:

I – programa - instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – atividade - instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – projeto - instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - operação especial - as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sobre a forma de bens e serviços;

V – função - o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa que competem ao setor público;

VI – subfunção - a partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

VII - categoria de programação – a identificação da despesa compreendendo sua classificação em termos programas, projetos, atividades e operações especiais, função e subfunção;

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511

www.ruybarbosa.ba.gov.br

VIII - transposição – o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;

IX - remanejamento – a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;

X - transferência – o deslocamento de recursos da reserva de contingência para a categoria de programação, de uma função de governo para outra, ou de um órgão para outro;

XI - reserva de contingência – a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte para atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

XII - passivos contingentes – questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública, se julgadas procedentes ocasionará impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos por empréstimos; garantias concedidas em operações de crédito, e outros riscos fiscais imprevistos;

XIII - créditos adicionais – as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;

XIV - crédito adicional suplementar – as autorizações de despesas destinadas a reforçar projetos ou atividades existentes na Lei Orçamentária, que modifiquem o valor global dos mesmos;

XV - crédito adicional especial – Modalidade de crédito adicional destinado a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, sendo autorizado por lei e aberto por decreto do Executivo.;

XVI - crédito adicional extraordinário – as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo e posterior comunicação ao Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública;

XVII - unidade orçamentária - consiste em cada um dos Órgãos, Secretarias, Entidades, Unidades ou Fundos da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, para qual a Lei Orçamentária consigna dotações orçamentárias específicas;

XVIII - unidade gestora - Unidade Orçamentária ou Administrativa investida de competência e poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou decorrentes de descentralização;

XIX - órgão - Secretaria ou Entidade desse mesmo grau, integrante da estrutura Organizacional Administrativa do Município, aos quais estão vinculadas as respectivas Unidades Orçamentárias;

XX - Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) - instrumento que detalha, operacionalmente, os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária Anual, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Despesa e o Elemento de Despesa constituindo-se em instrumento de execução orçamentária e gerência;

XXI - alteração do Detalhamento da Despesa – a inclusão ou reforço de dotações de elementos, dentro do mesmo projeto, atividade, categoria econômica e grupo de despesa.

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511

www.ruybarbosa.ba.gov.br

Art. 7º - A classificação da despesa, segundo sua natureza, observará o esquema constante da Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, com suas alterações posteriores, compondo-se de categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa.

§ 1º - As categorias econômicas são: Despesas Correntes e Despesas de Capital, identificadas respectivamente pelos códigos 3 e 4.

§ 2º - Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme discriminados a seguir:

- I - Pessoal e Encargos Sociais – 1;
- II - Juros e Encargos da Dívida – 2;
- III - Outras Despesas Correntes – 3;
- IV - Investimentos – 4;
- V - Inversões Financeiras – 5;
- VI - Amortização da Dívida – 6.

§ 3º - A Reserva de Contingência será identificada pelo dígito “9”, no que se refere ao grupo de natureza da despesa.

§ 4º - A modalidade de aplicação constitui-se numa informação gerencial, com a finalidade de indicar se os recursos orçamentários serão aplicados diretamente pela Administração Pública Municipal, ou, mediante transferência, por instituições privadas sem fins lucrativos, como também por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos e entidades.

§ 5º - A especificação da modalidade de que trata o parágrafo anterior observará as disposições estabelecidas na Portaria Interministerial nº 163/01 e suas alterações.

§ 6º - As modalidades de aplicação, aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender as necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução da despesa na modalidade prevista inicialmente.

§ 7º - O elemento de despesa tem por finalidade identificar os objetos de gasto, mediante o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios utilizados pela Administração Pública para consecução dos seus fins.

§ 8º - Para os fins de registro, avaliação e controle da execução orçamentária e financeira da despesa pública, é facultado o desdobramento suplementar dos elementos de despesa.

SEÇÃO I DOS PRAZOS

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511

www.ruybarbosa.ba.gov.br

Art. 8º - A proposta orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal deverá ser protocolada no prazo previsto na legislação pertinente, sendo que, além da mensagem e do respectivo projeto de texto de lei, será composta de:

- I - texto da lei;
- II - demonstrativos orçamentários consolidados;
- III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- IV - Anexos da Lei de Responsabilidade Fiscal – (LC 101/00, Art. 5º).

§ 1º - Os demonstrativos orçamentários consolidados a que se refere o inciso II do caput deste artigo, incluindo os complementos pertinentes referenciados nos arts. 2º e 22 da Lei Federal nº 4.320/64, compreenderão:

- I - receita e despesa segundo a categoria econômica de forma a evidenciar o déficit ou superávit corrente, na forma do Anexo I de que trata o art. 2º da Lei Federal nº 4.320/64;
- II - receita segundo a categoria econômica;
- III - despesa segundo poder, órgão e unidade orçamentária, por fonte de recursos e por grupo de natureza de despesa;
- IV - despesa segundo a função, subfunção e programa;
- V - receita e despesa das entidades da Administração Indireta, segundo poder, órgão e unidade orçamentária, por categoria econômica e por fonte de recursos;
- VI - aplicação em ações e serviços públicos de saúde;
- VII - aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino;
- VIII - ações financiadas com recursos de operações de crédito;
- IX - demonstração da dívida fundada e flutuante;
- X - evolução da receita segundo a categoria econômica e origem;
- XI - evolução da despesa segundo a categoria econômica;
- XII - planos de aplicação dos fundos especiais;
- XIII - legislação referente à receita prevista nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- XIV - finalidades e legislação básica dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

§ 2º - A composição dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, a que se refere o inciso III do caput deste artigo, conterá:

- I - programa de trabalho, por poder, órgão e unidade orçamentária;
- II - demonstração da compatibilidade entre a programação constante nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e o Plano Plurianual 2018-2021.

§3º - Os anexos da Lei de Responsabilidade Fiscal referidas no inciso IV, do caput deste artigo compreenderão as seguintes tabelas explicativas:

- a) Demonstrativo de Compatibilidade;
- b) Demonstrativo de Compensação e Renúncia de Receita;
- c) Demonstrativo de Reserva de Contingência;
- d) Despesas relativas à dívida e as Receitas que as atenderão;

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511

www.ruybarbosa.ba.gov.br

§4º Até 24 (vinte e quatro) horas após o autógrafo do Projeto de Lei Orçamentária, na forma legal, o Poder Legislativo enviará ao Poder Executivo, por meio de processamento eletrônico, os dados e informações relativos ao autógrafo.

§5º Os dados referidos no caput deste artigo serão, reciprocamente, disponibilizados na forma acordada entre os órgãos técnicos dos Poderes Legislativo e Executivo.

Art. 9º - A Lei Orçamentária Anual compreenderá todas as receitas e despesas, quaisquer que sejam as suas origens e destinação.

§ 1º - Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação de receita e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

§ 2º - Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

§ 3º - Os Fundos e Entidades Municipais legalmente instituídos integrarão os orçamentos de seus órgãos ou entidades gestoras, em unidades orçamentárias específicas, de modo a evidenciar o princípio constitucional de sua integração à Lei Orçamentária Anual.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 10 - A elaboração dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, bem como sua execução e gestão orçamentária, financeira e contábil serão realizadas no Sistema Integrado de Gestão, Planejamento, Contabilidade e Finanças.

SEÇÃO I DA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 11 - A Lei do Orçamento Anual de 2018, abrangerá os orçamentos fiscal e da seguridade social referentes aos órgãos dos Poderes, seus fundos especiais, autarquias e o orçamento de investimentos das empresas públicas e sociedades de economia mista, em que o Município detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Art. 12 - A receita será detalhada, da proposta, na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, de forma a identificar a arrecadação segundo as naturezas da receita e fontes de recursos, de acordo com o esquema constante da Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 10 de dezembro de 2014, da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda da Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que altera o anexo I e os artigos 2º e 3º da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163, de 04 de maio de 2001, bem como observadas suas alterações posteriores e demais normas complementares pertinentes.

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511

www.ruybarbosa.ba.gov.br

Art. 13 - Para fins de integração do planejamento e orçamento, assim como de elaboração e execução dos orçamentos e dos seus créditos adicionais, a despesa orçamentária será especificada mediante a identificação do tipo de orçamento, das classificações institucional, funcional e da natureza da despesa, da estrutura programática discriminada em programa e projeto, atividade ou operação especial, de forma a dar transparência aos recursos alocados e aplicados para consecução dos objetivos e das metas governamentais correspondentes.

Art. 14 - O Orçamento Analítico também denominado de Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, que contém a discriminação por elemento de despesa e fonte de recursos, dos projetos, atividades e operações especiais integrantes dos Programas de Trabalho aprovados na Lei Orçamentária, poderá ser ajustado, observados os limites financeiros de cada grupo de despesa, assim como o comportamento da arrecadação da receita.

Art. 15 - O Poder Executivo colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para o encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual, as estimativas de receitas para o exercício de 2018, nos termos do disposto no § 3º do art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 16 - A proposta orçamentária terá seus valores a preços vigentes no mês de julho de 2017.

Art. 17 - A estimativa da receita do Município para a elaboração da proposta orçamentária será realizada pelo Órgão Municipal competente e considerará o disposto no art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 18 - Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Lei, a Lei Orçamentária Anual e seus créditos adicionais somente incluirão novos projetos se:

- I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;
- II - houver viabilidade técnica e econômica;
- III - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa.
- IV – ocorrer transferências voluntárias da União ou do Estado.

Parágrafo único - Para fins de aplicação do disposto no caput deste artigo, serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de abril do exercício em curso, ultrapasse a 15% (quinze por cento) do seu custo total estimado.

Art. 19 - As despesas com o serviço da dívida do Município deverão considerar apenas as operações contratadas e as prioridades estabelecidas, bem assim as autorizações concedidas, até a data do encaminhamento da proposta de Lei Orçamentária.

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511

www.ruybarbosa.ba.gov.br

Art. 20 - Visando garantir a autonomia orçamentária, administrativa e financeira ao Poder Legislativo ficam estipulados os seguintes limites para a elaboração de sua proposta orçamentária:

I – as despesas com pessoal e encargos sociais obedecerão ao disposto no artigo 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como o dispositivo constitucional previsto no artigo 29-A, da Constituição Federal, assegurada a revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos municipais;

II – as despesas com custeio administrativo e operacional e as despesas com ações de expansão serão realizadas de acordo com a disponibilidade de recursos, dentro do limite estabelecido pelo texto Constitucional referido no inciso anterior.

Parágrafo único – Na elaboração de sua proposta, o Poder Legislativo, obedecerá também aos princípios constitucionais da economicidade e razoabilidade.

Art. 21 - Em até trinta dias que antecede ao envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual, o Poder Legislativo deverá encaminhar sua previsão orçamentária, exclusivamente, para efeito de consolidação na proposta de orçamento do Município, não cabendo qualquer tipo de análise ou apreciação de seus aspectos de mérito e conteúdo, por parte do Poder Executivo, desde que sejam atendidos os princípios constitucionais e da Lei Orgânica Municipal, estabelecidos a esse respeito.

§ 1º – Será observado o disposto na Emenda Constitucional nº 58, de 23 de setembro de 2009, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 2º - O percentual financeiro devido à Câmara Municipal deverá ser repassado àquela Casa Legislativa até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Art. 22 - O Poder Executivo adotará mecanismos para incentivar a participação popular, na indicação de prioridades e na elaboração da Lei Orçamentária para exercício de 2018, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados, conforme disposto no art.48 da Lei Complementar n.º 101 de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único – Os mecanismos previstos no caput deste artigo serão operacionalizados:

I - mediante audiências públicas ou consultas públicas, realizadas na Sede e nos Distritos, com a participação da população em geral, de entidades de classes, setores organizados da sociedade civil e organizações não governamentais;

II - pela seleção conjunta através do disposto no inciso anterior, dos projetos prioritários, por cada área considerada, a serem incorporados na proposta orçamentária do exercício.

III – nas audiências públicas ou consultas públicas serão adotadas formas de comunicação, acessíveis à comunidade, como meio de garantir a participação social democraticamente.

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511

www.ruybarbosa.ba.gov.br

SEÇÃO II DAS EMENDAS PARLAMENTARES

Art. 23 - Na apreciação do Projeto da Lei Orçamentária e dos seus créditos adicionais, não poderão ser apresentadas emendas que:

I - aumente o valor global da despesa, inclusive mediante criação de novos projetos ou atividades, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 78 combinado com o disposto no art. 160 da Constituição Estadual;

II - anulem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:

- a) recursos vinculados;
- b) recursos próprios de entidades da Administração Indireta, exceto quando remanejados para a própria entidade;
- c) contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal a recursos transferidos ao Município;

III - anulem despesas relativas à:

- a) dotações para pessoal e encargos sociais;
- b) serviço da dívida;
- c) transferências tributárias constitucionais para os Municípios;
- d) seguridade social;

IV - incluam ações com a mesma finalidade em mais de um órgão ou no mesmo programa, ressalvados os casos daquelas com objetivos complementares e interdependentes.

§ 1º - As emendas ao projeto de lei orçamentária não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com as disposições desta Lei e do Plano Plurianual 2018-2021.

§ 2º - As emendas aprovadas pelo Poder Legislativo Municipal, quando houver, constarão de anexo específico da Lei Orçamentária Anual.

§ 3º - Fica vedada a realização de emendas que modifiquem a programação de despesas de fontes de recursos com finalidades distintas.

§4º - As emendas individuais propostas pelos vereadores, destinarão, na Lei Orçamentária de 2018, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu limite para a área de saúde; 25% (vinte e cinco por cento) para a área de educação; e, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) para execução em qualquer área.

§5º - O valor destinado a cada ação orçamentária decorrente de emenda parlamentar individual de que trata o parágrafo anterior deverá ser suficiente para sua execução no exercício. Ocorrendo a insuficiência de recursos, a suplementação deverá ser financiada por outra(s) emenda(s) do mesmo autor, por ele indicada(s).

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511

www.ruybarbosa.ba.gov.br

§6º - As emendas parlamentares apresentadas deverão ter valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), não podendo conter mais do que uma ação.

Art. 24 - Os recursos que em decorrência de veto, emenda ou rejeição parcial do Projeto de Lei Orçamentária ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, mediante créditos especiais ou suplementares.

Parágrafo único – No caso de rejeição parcial do Projeto de Lei Orçamentária, a Lei aprovada deverá prever os recursos mínimos necessários para o funcionamento dos serviços públicos essenciais.

Art. 25 - O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificação no projeto de lei orçamentária anual enquanto não iniciada a votação, na comissão de orçamento e finanças, da parte cuja alteração é proposta.

SEÇÃO III DA EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 26 – Poderão ser incluídas na Lei Orçamentária Anual dotações para custeio de despesas de outros entes da Federação, desde que envolvam situações claras de atendimento a interesses locais, atendidos os dispositivos constantes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 27 - A coleta de dados, o seu processamento, execução e a consolidação da Lei Orçamentária Anual para 2018, bem como suas alterações nos quadros de detalhamento da despesa, serão feitos, por meio do Sistema Integrado de Gestão e Auditoria – SIGA e por meio eletrônico através do e-TCM.

§1º - Os relatórios que consolidam a Lei Orçamentária Anual emitidos pelo SIGA, deverão ser encaminhados ao Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia- TCM-BA através da internet pelo módulo transferidor e devidamente validados pelo titular da Pasta ou entidade, conforme disposto na Resolução n.º 1.273/08 de 17 de dezembro de 2008 e Resolução n.º 1.293/10 de 16 de Dezembro de 2010 do TCM-BA.

§2º - Todos os documentos de que tratam as Resoluções do Tribunal de Contas dos Municípios - TCM-BA n.ºs 931/04, 1060/05, 1061/05, 1062/05, 1065/05, 1121/05, 1122/05, 1197/06, 1269/08, 1276/08, 1277/08 e 1310/12, referente à documentação mensal da receita e da despesa e da prestação anual de contas dos jurisdicionados, serão enviados, exclusivamente, por meio eletrônico, em consonância com as Resoluções n.º1337, n.º1338 e n.º1339 de 2015 e a Resolução n.º1340/2017, do TCM-BA.

Art. 28 - A Lei Orçamentária conterá dotação global denominada “Reserva de Contingência”, em montante equivalente a até 1% (um por cento) da sua receita corrente líquida, a ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais conforme art. 8º da Portaria Interministerial n.º 163, de 04 de maio de

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511

www.ruybarbosa.ba.gov.br

2001 e para atendimento ao disposto no inciso III, art. 5º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 29 - A lei orçamentária anual poderá conter dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por meio de consórcios públicos regulados pela Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e em conjunto com o Decreto n.º 6.017 de 17 de janeiro de 2007.

Art. 30 - Os projetos de leis de créditos adicionais, quando solicitado, independentemente de serem lançados no sistema contábil, após de sua aprovação com o detalhamento da natureza da despesa até o nível de elemento, serão abertos por Decreto do Poder Executivo e publicados no Diário Oficial dos Municípios por categoria econômica, grupo de despesa e modalidade de aplicação, discriminando a fonte de recursos.

Parágrafo único - Quando se tratar de crédito especial, o disposto no caput deste artigo será aplicado após a publicação da respectiva lei autorizativa.

Art. 31 - Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados para efeito de execução orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa - QDDs relativos aos programas de trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual, cujos desdobramentos obedecerão ao disposto na Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas alterações.

§ 1º - Os QDDs deverão discriminar, por elementos, os grupos de despesa e fonte de recursos aprovados para cada categoria de programação.

§ 2º - Os QDDs serão aprovados, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara Municipal.

§ 3º - Os QDD's poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos grupos de despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos suplementares e especiais regularmente abertos.

§ 4º - A apresentação das fontes de recursos de que trata o § 1º deste artigo, será feito obedecendo à classificação contida na Resolução n.º 1.268/08 de 27 de agosto de 2008 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM-BA, conforme abaixo:

0.1.00.000	Recursos Ordinários
7.1.01.000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação – 25%
6.1.02.000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde – 15%
0.2.03.000	Contribuição p/ o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS
0.2.04.000	Contribuição ao Programa Ensino Fundamental – Salário Educação
0.2.10.000	Fundo de Cultura do Estado da Bahia – FCBA
0.2.14.000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511

www.ruybarbosa.ba.gov.br

0.2.15.000	Transf. de Rec. do Fundo Nacional de Desenvolv. Educação – FNDE
0.2.16.000	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE
0.2.18.000	Transferências FUNDEB (60%)
0.2.19.000	Transferências FUNDEB (40%)
0.2.20.000	Recursos Próprios de Consórcios
0.2.21.000	Transferência de Consorciado – Contrato de Rateio
8.2.22.000	Transferências de Convênios – Educação
9.2.22.000	Transferências de Convênios – Educação
8.2.23.000	Transferências de Convênios – Saúde
9.2.23.000	Transferências de Convênios – Saúde
8.2.24.000	Transferências de Convênios – Outros
9.2.24.000	Transferências de Convênios – Outros
0.2.28.000	Transf. de Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS
0.2.29.000	Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS
0.2.30.000	Transferências do Fundo de Investimento Econômico Social - FIES
0.2.42.000	Royalties/Fundo Especial do Petróleo/CFERM
0.2.50.000	Receitas Próprias de Entidades de Administração Indireta
4.2.90.000	Operações de Crédito Internas
4.2.91.000	Operações de Crédito Externas
0.1.92.000	Alienação de Bens
0.1.93.000	Outras Receitas Não Primárias
0.1.94.000	Remuneração de Depósitos Bancários

§ 5º - As fontes de recursos aprovadas nesta lei e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas pelo Poder Executivo, mediante ato próprio, visando ao atendimento das necessidades da execução dos programas, observando-se, em todo o caso, as disponibilidades financeiras de cada fonte diferenciada de recurso.

Art. 32 - Na elaboração, aprovação e execução do orçamento fiscal e da seguridade social para o exercício de 2018, o Município buscará a obtenção dos resultados previstos nos anexos de Metas Fiscais de que trata o art. 5º desta Lei.

Parágrafo único – As Metas Fiscais de que trata o art. 5º desta lei, poderão ser revistas por ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, tendo em vista, o comportamento das receitas e despesas municipais, além da definição das transferências constitucionais e voluntárias constantes das propostas orçamentárias da União e do Estado da Bahia.

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511

www.ruybarbosa.ba.gov.br

SEÇÃO IV DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Art. 33 - São medidas para a manutenção do equilíbrio das finanças públicas e formação de poupança interna destinadas aos programas de governo, dentre outras:

I - no âmbito das receitas:

- a) aumento real da arrecadação tributária;
- b) recebimento da dívida ativa tributária;
- c) recuperação de créditos junto à União;
- d) geração de recursos provenientes da prestação de serviços públicos;
- e) adequação dos benefícios fiscais;

II - no âmbito das despesas:

- a) racionalização, controle e administração de despesas com custeio administrativo e operacional;
- b) controle e administração das despesas com pessoal e encargos sociais;
- c) administração e controle dos pagamentos da dívida pública;
- d) autorização e execução de investimentos dentro da capacidade de desembolso do Município;
- e) execução das despesas vinculadas dentro dos limites estabelecidos pelas normas legais;
- f) controle de custos.

Parágrafo único – O órgão central do sistema municipal de planejamento, com base na estimativa da receita e tendo em vista o equilíbrio fiscal do município, estabelecerá o limite global máximo para a elaboração da proposta orçamentária de cada secretaria da Administração Direta do Poder Executivo, incluindo as entidades da Administração Indireta e os fundos a ele vinculados.

SEÇÃO V DAS DIRETRIZES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 34 - Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, funções e subfunções de governo, programas, projetos e atividades, com suas respectivas dotações por grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação.

Art. 35 - O Orçamento Fiscal do Município abrangerá todas as receitas e despesas dos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.

Parágrafo Único - A proposta do orçamento fiscal incluirá os recursos necessários à aplicação mínima na manutenção e desenvolvimento do ensino, para cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511

www.ruybarbosa.ba.gov.br

Art. 36 - O Orçamento da Seguridade Social abrangerá as ações governamentais dos poderes e órgãos, fundos e entidades da Administração Direta e Indireta, vinculada as funções de saúde, previdência e assistência social.

Parágrafo Único - A proposta do orçamento da seguridade social contemplará também os recursos necessários à aplicação mínima em ações de serviços públicos de saúde, para cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000.

Art. 37 - Os recursos do Orçamento da Seguridade Social compreenderão:

I – recursos originários dos orçamentos do Município, transferências de recursos do Estado da Bahia e da União decorrentes da execução descentralizada das ações de saúde, e dos convênios firmados com órgãos e entidades que tenham como objetivos a assistência e previdência social;

II – receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o Orçamento da Seguridade Social.

SEÇÃO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A PROGRAMAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E SUA LIMITAÇÃO E CONTINGENCIAMENTO

Art. 38 - Com vistas ao cumprimento das metas fiscais previstas no Capítulo II desta Lei, os Poderes deverão elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2018, cronograma de execução mensal de desembolso para o referido exercício, contemplando os limites por unidade orçamentária.

§ 1º - O Poder Executivo, no ato de que trata este artigo, publicará, ainda, as metas bimestrais de realização de receitas, desdobradas por categoria econômica.

§ 2º - O Poder Legislativo, quando verificado pelo Poder Executivo que a realização da receita está aquém do previsto, promoverá a limitação de empenho e movimentação financeira, adequando o cronograma de execução mensal de desembolso ao fluxo efetivo da receita realizada, em conformidade com o disposto nos arts. 8º e 9º, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º - O contingenciamento se dará quando do retardamento ou, na inexecução de parte da programação de despesa prevista na Lei Orçamentária em função da insuficiência de receitas.

§ 4º - O Governo Municipal emitirá um Decreto limitando os valores autorizados na Lei Orçamentária Anual - LOA, relativos às despesas discricionárias ou não legalmente obrigatórias, sendo que este, apresentará como anexos limites orçamentários para a movimentação e o empenho de despesas, bem como limites financeiros que impedem pagamento de despesas empenhadas e inscritas em restos a pagar, inclusive de anos anteriores.

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511

www.ruybarbosa.ba.gov.br

Art. 39 - Havendo a necessidade da limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas nos Anexos que integram esta Lei, adotar-se-ão os seguintes procedimentos:

I - definição, em separado, do percentual de limitação para o conjunto de projetos, atividades finalísticas, atividades de manutenção e operações especiais, calculado de forma proporcional à participação dos Poderes, no total das dotações fixadas inicialmente na Lei Orçamentária de 2018, em cada categoria de programação indicada, excluídas as dotações destinadas à execução de obrigações constitucionais e legais e ao pagamento de serviço da dívida;

II - o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, até o vigésimo dia do mês subsequente ao final do bimestre, o montante da limitação de empenho e movimentação financeira, informando os parâmetros utilizados e a reestimativa de receitas e despesas;

III - o Poder Legislativo, com base na comunicação referida no inciso anterior, publicará ato próprio, até o final do mês subsequente ao encerramento do bimestre pertinente, fixando os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira, para cada conjunto de categoria programática indicada no *caput* deste artigo;

IV - a limitação de empenho e movimentação financeira deverá ser efetuada observando-se a seguinte ordem decrescente:

- a) investimentos e inversões financeiras;
- b) as despesas atendidas com recursos de contrapartida em operações de créditos e convênios;
- c) outras despesas correntes.

§ 1º - Caberá ao Órgão de Planejamento ou equivalente, no âmbito do Poder Executivo, analisar os projetos e atividades finalísticas, inclusive suas metas, cuja execução poderá ser adiada sem afetar os resultados finais dos programas governamentais contemplados na Lei Orçamentária.

§ 2º - Caso ocorra à recuperação da receita prevista, total ou parcialmente, far-se-á a recomposição das dotações limitadas de forma proporcional às reduções realizadas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES REFERENTES ÀS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

SEÇÃO I

DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS AO SETOR PÚBLICO E PRIVADO

Art. 40 - A inclusão de dotações a título de subvenções, contribuições ou auxílios na Lei Orçamentária de 2018 e em seus créditos adicionais, somente será feita se atender às exigências legais, constante do art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/00, se destinadas a entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511

www.ruybarbosa.ba.gov.br

exercem atividades de natureza continuada e desde que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto e gratuito ao público, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura e esporte;

II - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no caso de prestação de assistência social, e no art. 61 do seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no caso de entidades educacionais;

III - sejam qualificadas como Organizações Sociais ou como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público;

IV - sejam signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;

V - sejam qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacidade de atletas nas modalidades de torneios, campeonatos de amadores e profissionais que de alguma forma incentivem o esporte e representem o Município, desde que formalizada a requisição mediante apresentação do projeto onde estejam indicados o objeto, finalidades, forma de execução e planilha de custos, devendo também ser de alguma forma evidenciada a participação do Governo Municipal no projeto e eventos.

VI - de atendimento a pessoas em situação de risco social ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, em especial crianças e adolescentes, mulheres, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, agricultores familiares, trabalhadores rurais, e as populações ribeirinhas, quilombolas e indígenas;

§ 1º - A execução das dotações sob os títulos especificados neste artigo, além das condições nele estabelecidas, dependerá da assinatura de convênio, conforme observado o disposto no art. 116 e §§ da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º - Aos órgãos ou entidades responsáveis pela concessão de subvenções sociais, contribuições ou auxílios, conforme previsto no *caput* deste artigo, competirá verificar, quando da assinatura de convênio ou contrato de gestão, o cumprimento das exigências legais.

SEÇÃO II

DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS A PESSOAS FÍSICAS

Art. 41 - A destinação de ajuda financeira, a qualquer título, a pessoas físicas, somente se fará para garantir a eficácia da execução de programa governamental específico, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura e esporte, atendido ao disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/00, inclusive a prévia autorização por lei específica, e desde que, concomitantemente:

I - o programa governamental específico em que se insere o benefício esteja previsto na Lei Orçamentária de 2018;

II - reste demonstrada a necessidade do benefício como garantia de eficácia do programa governamental em que se insere;

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511

www.ruybarbosa.ba.gov.br

III - haja prévia publicação, pelo respectivo Poder, de normas a serem observadas na concessão do benefício que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação, classificação e seleção dos beneficiários;

IV - definam-se mecanismos de garantia de transparência e publicidade na execução das ações governamentais legitimadoras do benefício.

§ 1º - É vedada a destinação de recursos de que trata o caput deste artigo a pessoa física que seja cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de dirigente do órgão ou entidade concedente do benefício.

§ 2º - A execução da despesa de que trata esta Seção deverá ser feita com o uso das classificações 3.3.90.18 para auxílio financeiro a estudantes ou 3.3.90.48 quando se tratar de outros auxílios financeiros a pessoas físicas, e discriminadas no subelemento que retrate fielmente o objetivo do benefício.

CAPÍTULO VI DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS

Art. 42 – O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 43 – A alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual, em seus créditos adicionais e na respectiva execução, observadas as demais diretrizes desta Lei e, tendo em vista propiciar o controle de custos, o acompanhamento e a avaliação dos resultados das ações de Governo, será feita:

I - por programa e ação orçamentária, com a identificação da classificação orçamentária da despesa pública;

II - diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução da ação orçamentária correspondente, excetuadas aquelas cujas dotações se enquadrem no parágrafo único deste artigo.

§ 1º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

§ 2º. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

Art. 44 - A manutenção do nível das atividades terá prioridade sobre as ações que visem à sua expansão ou criação de novas despesas e a alocação dos recursos na

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511

www.ruybarbosa.ba.gov.br

Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

CAPÍTULO VII DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 45 - Em caso de necessidade, o Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal projeto de Lei dispondo sobre alterações na área da administração tributária municipal, com destaque para:

- I - adequação da legislação tributária municipal em decorrência de alterações das normas estaduais e federais;
- II - revisão, atualização ou adequação da legislação tributária municipal sobre Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, remissões ou compensações, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
- IV - adaptação e ajustamento da legislação tributária municipal;
- V - revisão da planta genérica de valores, ajustando-a aos movimentos de valorização de mercado imobiliário;
- VI - aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua exatidão;
- VII - revisão da legislação referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISSQN;
- VIII - revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de direitos reais sobre imóveis;
- IX - incentivo a setores emergentes do sistema econômico, com prioridade às micro e pequenas empresas;
- X - prioridades na execução das Leis Municipais que disponham sobre incentivos e benefícios fiscais para a geração de empregos;
- XI - estabelecimento de critérios de compensação de renúncia, caso o município conceda incentivos ou benefícios de natureza tributária;
- XII - instituição e regulamentação de todos os tributos de competência do Município;
- XIII - modernização dos procedimentos de administração tributária, financiado com recursos de terceiros

§ 1º Considerando o disposto no artigo 11 da Lei Complementar Federal n.º 101 de 2000, deverão ser adotadas medidas necessárias à instituição, previsão e efetiva arrecadação de tributos de competência constitucional do Município;

§ 2º Os recursos decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos respectivos orçamentos mediante a abertura de créditos adicionais, no decorrer do exercício, observada a legislação aplicável, em especial o que dispõe o título V, da Lei Federal n.º 4.320/64;

§ 3º A Câmara Municipal apreciará as matérias que lhe sejam encaminhadas nos termos deste artigo, até o encerramento do segundo período Legislativo, a fim de permitir a sua vigência no exercício de 2018.

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511

www.ruybarbosa.ba.gov.br

§4º - O projeto de lei que conceda ou amplie incentivos ou benefícios de natureza tributária que importem em renúncia de receita, além de atender ao interesse público, deverá:

I - estar acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois subsequentes;

II - atender a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;

III - atender a pelo menos uma das seguintes condições:

a) demonstrar que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO;

b) estar acompanhada de medidas de compensação, no exercício financeiro em que deva iniciar sua vigência de renúncia e nos dois subsequentes, por meio de aumento de receita proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Art. 46 - A arrecadação decorrente das receitas municipais deverão possibilitar a prestação de serviços de qualidade e investimentos, com a finalidade de possibilitar o desenvolvimento econômico.

Art. 47 - O Poder Executivo deverá considerar para a estimativa da receita orçamentária as medidas adequadas à expansão da arrecadação tributária municipal.

Parágrafo único - A mensagem que encaminhar o projeto de lei de alteração da legislação tributária deverá discriminar e estimar os recursos incrementados, decorrentes da alteração proposta.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 48 - A política de pessoal do Poder Executivo Municipal poderá ser objeto de negociação com as entidades sindicais e associações representativas dos servidores, empregados públicos municipais, ativos e inativos, através de atos e instrumentos próprios.

Art. 49 - As dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais serão estimadas com base nas despesas executadas no mês de julho de 2017, projetadas para o exercício de 2018, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos, observado, além da legislação pertinente em vigor, os limites previstos no artigo 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511

www.ruybarbosa.ba.gov.br

Parágrafo Único: Caso a despesa com pessoal exceda a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no inciso III do artigo 19 da LC nº 101/00, admitir-se-á a contratação de horas extras para atendimento a necessidade de serviços de saúde, educação e serviços urbanos, bem como às situações de estado de emergência.

Art. 50 - As despesas decorrentes de contratos de terceirização de mão-de-obra, que se referem à substituição de servidores e empregados, de acordo com o § 1º, do art. 18, da Lei Complementar nº 101/2000, e aquelas referentes a ressarcimento de despesa de pessoal requisitado, serão classificadas em dotação específica e computadas no cálculo do limite da despesa total com pessoal.

§ 1º - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput* deste artigo, os contratos de terceirização que tenham por objeto a execução indireta de atividades que, não representando relação direta de emprego, preencham simultaneamente as seguintes condições:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal e regulamentar do órgão ou entidade;

II - não sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria em extinção.

§ 2º - Para os efeitos deste artigo, não serão considerados os contratos de terceirização de mão-de-obra para execução de serviços de limpeza, manutenção, vigilância e segurança patrimonial e outros de atividades-meio, desde que as categorias funcionais específicas existentes no quadro de pessoal do órgão ou entidade sejam remanescentes de fusões institucionais ou de quadros anteriores, não comportando a existência de vagas para novas admissões ou contratações.

Art. 51 - Para fins de atendimento ao disposto na Constituição Federal e na Constituição do Estado da Bahia, fica autorizada a concessão de qualquer vantagem, o aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções, a alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, constantes de quadro específico da lei orçamentária, observadas as normas constitucionais e legais específicas.

Art. 52 - Serão previstas na lei orçamentária anual as despesas específicas para formação, treinamento, desenvolvimento e capacitação profissional dos recursos humanos, bem como as necessárias à realização de certames, provas e concursos, tendo em vista as disposições legais relativas à promoção, acesso e outras formas de mobilidade funcional previstas nas leis que tratam dos Planos de Cargos e Salários e dos Planos de Carreiras do Município.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL E OPERAÇÃO DE CRÉDITO

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511

www.ruybarbosa.ba.gov.br

Art. 53 – A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para pagamento da despesa com amortização e encargos da dívida contratual e com o refinanciamento da dívida pública municipal nos termos dos contratos firmados.

Art. 54 – A administração da dívida pública municipal terá por prioridades a minimização dos custos e a viabilização de fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

Art. 55 - A Procuradoria Geral do Município encaminhará aos órgãos e entidades devedoras, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária para 2018, conforme determina o art. 100, § 1º, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional n.º 30, discriminada por órgão da administração direta e por grupo de natureza de despesas, especificando no mínimo:

- I - número da ação originária;
- II - número do precatório;
- III - tipo de causa julgada;
- IV - data da autuação do precatório;
- V - nome do beneficiário e o número de sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;
- VI - valor individualizado por beneficiário e total do precatório a ser pago;
- VII - data do trânsito em julgado e;
- VIII - número da Vara ou Comarca de origem.

Parágrafo único - A atualização monetária dos precatórios, determinada no § 1º art. 100 da Constituição Federal, e das parcelas resultantes do disposto no artigo 78 do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observará no exercício de 2018 inclusive em relação às causas trabalhistas, a variação do IGP-DI - Índice Geral de Preços, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Art. 56 - Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da Administração Pública Municipal direta, submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município, antes do atendimento da requisição judicial, observadas, as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.

Art. 57- A lei orçamentária poderá conter autorização para realização de operação de crédito por antecipação da receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar Federal nr. 101, 2000 e atendidas as exigências estabelecidas na resolução nº. 43, de 2001 do Senado Federal.

Art. 58 As operações de crédito, interna e externa, reger-se-ão pelo que determinam as resoluções do Senado Federal e em conformidade com dispositivos da Lei Complementar Federal nº 101/2000, pertinentes à matéria.

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511

www.ruybarbosa.ba.gov.br

Art. 59 Somente poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária, as receitas e a programação de despesas decorrentes de operações de crédito que já tenham sido aprovadas pela Câmara Municipal.

Parágrafo único. As operações de crédito que forem contratadas após a aprovação do projeto de lei orçamentária obrigam o Poder Executivo a encaminhar ao Poder Legislativo projeto de lei especificando as receitas e a programação das despesas.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 60 - A contabilidade para o exercício de 2018 deverá instituir instrumentos eficientes para elaboração das demonstrações consolidadas e padronizadas com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público nos termos da Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016 e em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 7ª Edição e suas atualizações.

Art. 61. Se o Projeto de Lei Orçamentária não for aprovado até o término do período legislativo em curso, a Câmara Municipal será de imediato convocada, extraordinariamente, pelo seu Presidente, até que tal matéria seja apreciada.

Art. 62 Os valores das metas fiscais, em anexo, devem ser vistos como indicativos, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do Projeto de Lei Orçamentária para 2018 desde que a receita efetivamente realizada justifique as variações.

Art. 63 Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do Projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes, deverão ser adicionadas à reserva de contingência.

Art. 64. Para as despesas cujas fontes de custeio sejam provenientes de Operações de Crédito e Convênios para transferências de recursos, somente serão efetivadas com a assinatura dos atos e o conseqüente ingresso do recurso do tesouro, incluindo a contrapartida referente à operação.

Art. 65 - O detalhamento das dotações orçamentárias por elemento de despesa, após a publicação da Lei Orçamentária Anual e dos créditos adicionais, será efetivado nos sistemas informatizados de planejamento e finanças, independente de ato formal.

Art. 66 – Na hipótese de não utilização da Reserva de Contingência, nos fins previstos no artigo 28 desta Lei, até 30 de setembro de 2018, o Poder Executivo disporá sobre a destinação da dotação para financiamento da abertura de créditos adicionais devidamente autorizados.

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511

www.ruybarbosa.ba.gov.br

Art. 67 - Na apreciação do Projeto da Lei Orçamentária e dos seus créditos adicionais, não poderão ser apresentadas emendas que:

I - aumente o valor global da despesa, inclusive mediante criação de novos projetos ou atividades;

II - anulem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:

- a) recursos vinculados;
- b) recursos próprios de entidades da Administração Indireta, exceto quando remanejados para a própria entidade;
- c) contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal a recursos transferidos ao Município;

III - anulem despesas relativas à:

- a) dotações para pessoal e encargos sociais;
- b) serviço da dívida;
- c) obras em andamento;
- d) limite mínimo de Reserva de Contingência;

IV - incluam ações com a mesma finalidade em mais de um órgão ou no mesmo programa, ressalvados os casos daquelas com objetivos complementares e interdependentes.

Parágrafo único - As emendas ao projeto de lei orçamentária não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com as disposições desta Lei e do Plano Plurianual.

Art. 68 - As propostas de modificação do Projeto da Lei Orçamentária Anual e dos créditos adicionais, inclusive suas solicitações, serão apresentadas:

I - na forma prevista e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária;

II - acompanhadas de exposição de motivos que as justifique.

Parágrafo único - As emendas aprovadas pelo Poder Legislativo Municipal, quando houver, constarão de anexo específico da Lei Orçamentária Anual.

Art. 69 – O Poder Executivo publicará até trinta dias após o encerramento de cada bimestre o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO na forma prevista no § 3º do art. 165 da CF/88 e art. 52 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 – LRF.

Art. 70 – O Poder Executivo publicará até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre o Relatório de Gestão Fiscal - RGF, em conformidade com o art. 54 da LRF.

Parágrafo Único - Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511

www.ruybarbosa.ba.gov.br

Art. 71 - Para efeito do que dispõe o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesa irrelevante aquela cujo valor não ultrapasse os limites para obras e serviços estabelecidos no art. 23 da Lei nº 8.666/93, alterações posteriores.

Art. 72 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único – A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira efetivamente ocorridos sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 73 - Para cumprimento do disposto no art. 42, da Lei Complementar Federal nº 101/00, considera-se:

I - contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou outro instrumento congêneres;

II - compromissadas, no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 74 - Em cumprimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica o Município autorizado a firmar convênios, acordos, ajustes ou congêneres, com outras esferas de governo, com vistas:

I – ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;

II – a possibilitar o assessoramento técnico ao desenvolvimento das atividades econômicas e culturais do Município;

III – a utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado e/ou União;

IV – a cessão de servidores para o funcionamento de órgãos e entidade de outras esferas de governo;

V – ao desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, habitação e outras de relevante interesse público com ou sem ônus para o município.

Art. 75 - Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2018 não seja aprovado até 31 de dezembro de 2017 ou se retarde sua sanção por necessidade de veto total ou parcial, fica o Poder Executivo autorizado a executar a programação dele constante, até a edição da respectiva Lei, na forma originalmente encaminhada à Câmara Municipal.

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511

www.ruybarbosa.ba.gov.br

Art. 76 - Integram esta Lei:

I - Anexo I - Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal;

II - Anexo II - Metas Fiscais, constituído por:

- a) Anexo II - A - Demonstrativo de Metas Fiscais e Memória de Cálculo;
- b) Anexo II - B - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- c) Anexo II - C - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- d) Anexo II - D - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) Anexo II - E - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- f) Anexo II - F - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial;
- g) Anexo II - G - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia da Receita;
- h) Anexo II - H - Demonstrativo da Margem de Expansão das Receitas;

III - Anexo III - Avaliação de Riscos Fiscais.

Art. 77 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até o dia 31/12/2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE RUY BARBOSA, EM 20 DE SETEMBRO DE 2017.

**LUIZ CLAUDIO MIRANDA PIRES
PREFEITO MUNICIPAL**

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA**

PRAÇA CEL. ADALBERTO SAMPAIO, 253

CENTRO

RUY BARBOSA - BA

CNPJ: 13810833000160

Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018
PRIORIDADES E METAS

Código	Descrição	Produto	Unidade de Medida	Meta
PROGRAMA: 1 - LEGISLATURA ATUANTE				
AÇÕES				
1001 -	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PLENÁRIO	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	PORCENTAGEM	100
2000 -	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA CÂMARA	SERVIÇOS TÉCNICOS MANTIDOS	PORCENTAGEM	100
2002 -	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS DA CÂMARA MUNICIPAL	PESSOAL E ENCARGOS MANTIDOS	PORCENTAGEM	100
	PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES E JOVENS - CÂMARA MIRIM	PATICIPAÇÃO REALIZDA	PORCENTAGEM	100
PROGRAMA: 2 - APOIO ADMINISTRATIVO				
AÇÕES				
1002 -	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA OUVIDORIA MUNICIPAL	AÇÕES IMPLANTADAS	PORCENTAGEM	100
1003 -	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL MUNICIPAL	ARRECADAÇÃO INCREMENTADA	PORCENTAGEM	100
1042 -	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVOS	FIRMAR PARCERIAS COM AGENTES FINANCEIROS	UNIDADE	10
2001 -	GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO GOVERNO	AÇÕES DIVULGADAS	PORCENTAGEM	100
2004 -	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL	AÇÃO MANTIDA	PORCENTAGEM	100
2005 -	REAPARELHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS, VEÍCULOS ADQUIRIDOS	UNIDADE	50
2006 -	FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS	SERVIDORES CAPACITADOS	PORCENTAGEM	100
2010 -	GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS	ATIVIDADES GERENCIADAS	PORCENTAGEM	100
2052 -	GESTÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO	SERVIÇOS MANTIDOS	PORCENTAGEM	100
2053 -	GERENCIAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	SERVIÇOS MODERNIZADOS	PORCENTAGEM	100
	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA CASA DOS CONSELHOS	SERVIÇOS MANTIDOS	PORCENTAGEM	100
	IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO CMDCA	SERVIÇOS MANTIDOS	PORCENTAGEM	100
	IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE COMUNICAÇÃO DO CMDCA	SERVIÇOS MANTIDOS	PORCENTAGEM	100

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA**

PRAÇA CEL. ADALBERTO SAMPAIO, 253

CENTRO

RUY BARBOSA - BA

CNPJ: 13810833000160

Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018
PRIORIDADES E METAS

Código	Descrição	Produto	Unidade de Medida	Meta
PROGRAMA: 3 - SISTEMA EDUCACIONAL: NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA				
AÇÕES				
1004 -	IMPLANTACAO E GERENCIAMENTO DO PROGRAMA "BRASIL ALFABETIZADO"	JOVENS E ADULTOS ALFABETIZADOS	PORCENTAGEM	100
1005 -	ADEQUAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA REDE ESCOLAR	UNIDADES RECUPERADAS E ADEQUADAS	UNIDADE	10
1006 -	UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES NAS ESOLAS	UNIDADES INFORMATIZADAS	UNIDADE	05
1007 -	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES	UNIDADES CONSTRUÍDAS/AMPLIADAS	UNIDADE	02
1008 -	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE CRECHES	CRECHES CONSTRUÍDAS/REFORMADAS	UNIDADE	01
1009 -	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS NAS ESCOLAS	QUADRA CONSTRUÍDA/RECUPERADA	UNIDADE	10
1010 -	INFORMATIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA MATRÍCULA ESCOLAR	ALUNOS MATRICULADOS	UNIDADE	6.209
1011 -	APLICAÇÃO DE INOVAÇÕES PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS	NOVAS TÉCNICAS APLICADAS	PORCENTAGEM	100
1012 -	FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	PROFISSIONAIS FORMADOS	UNIDADE	300
1013 -	CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULAS PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL	AÇÕES REALIZADAS EDUCAÇÃO	UNIDADE	02
1014 -	PTA - TRANSPORTE ESCOLAR - CAMINHOS DA ESCOLA	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADE	6.209
1043 -	REAPARELHAMENTO DA REDE ESCOLAR	UNIDADES EQUIPADAS	UNIDADE	10
2011 -	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	OFERTA AMPLIADA, VEICULOS ADQUIRIDOS	PORCENTAGEM	100
2012 -	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	AÇÃO REALIZADA MERENDA DISTRBUÍDA	PORCENTAGEM	100
2013 -	GERENCIAMENTO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	AÇÕES GERENCIADAS, SISTEMA DE AVALIAÇÃO IMPL	PORCENTAGEM	100
	IMPLANTAÇÃO DOS GREMIOS ESTUDANTIS NAS ESCOLAS	GREMIOS IMPLANTADOS	UNIDADE	10
2014 -	FORMAÇÃO DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	PARCERIAS COM INSTITUIÇÃO DE ENSINO	PORCENTAGEM	100
2015 -	GERENCIAMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL	AÇÕES REALIZADAS	PORCENTAGEM	100
2016 -	MANUTENÇÃO DE CRECHES	AÇÕES CRECHE MANTIDA	PORCENTAGEM	100
2017 -	PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA - EDUCAÇÃO ESPECIAL	ALUNOS ESPECIAIS MATRICULADOS	PORCENTAGEM	100
2019 -	MANUTENCAO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	ACAO MANTIDA	PORCENTAGEM	100
2021 -	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAC-CRECHE E PNAP-PRE-ESCOLA	MERENDA MANTIDA	PORCENTAGEM	100
2022 -	DESENVOL.DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDE B 60%	AÇÕES REALIZADAS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	PORCENTAGEM	100
2023 -	DESENVOLV.DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDE B 40%	MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL	PORCENTAGEM	100
2026 -	PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PRÉ-ESCOLA - PNAC-CRECHE	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADE	6.209
2050 -	PROMOÇÃO DO ESPORTE ESCOLAR	ALUNOS MATRICULADOS	UNIDADE	300

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA**

PRAÇA CEL. ADALBERTO SAMPAIO, 253

CENTRO

RUY BARBOSA - BA

CNPJ: 13810833000160

Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018
PRIORIDADES E METAS

Código	Descrição	Produto	Unidade de Medida	Meta
PROGRAMA: 3 - SISTEMA EDUCACIONAL: NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E		ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA		
AÇÕES				
2054	MANUTENCAO DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB		PORCENTAGEM	
PROGRAMA: 4 - DESPORTO E LAZER PARA O DESENVOLVIMENTO E A PAZ				
AÇÕES				
1032	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS E CAMPOS DE FUTEBOL	QUADRAS CONSTRUIDAS E RECUPERADAS	UNIDADE	10
1033	IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS PARA PRÁTICA DE ESPORTE E LAZER	EQUIPAMENTOS IMPLANTADOS	UNIDADE	05
1035	IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA 2º TEMPO	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADE	150
2018	REALIZAÇÃO DOS JOGOS OLÍMPICOS INTERCOLEGIAIS	JOGOS OLÍMPICOS REALIZADOS	PORCENTAGEM	100
2047	IMPLANTAÇÃO DE ESCOLAS DE INICIAÇÃO DESPORTIVA	ESCOLINHAS IMPLANTADAS	PORCENTAGEM	100
2049	GERENCIAMENTO DAS AÇÕES CULTURAIS ESPORTIVAS E DE LAZER	SERVIÇOS MANTIDOS	PORCENTAGEM	100
2051	PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE LAZER	EVENTO DIFUNDIDO	PORCENTAGEM	100
2057	INCENTIVO E APOIO AO ESPORTE AMADOR	ATIVIDADES INCENTIVADAS, EVENTOS REALIZADOS	PORCENTAGEM	100
2059	MANUTENÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL	MANUTENÇÃO REALIZADA	PORCENTAGEM	100

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA**

PRAÇA CEL. ADALBERTO SAMPAIO, 253

CENTRO

RUY BARBOSA - BA

CNPJ: 13810833000160

Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018
PRIORIDADES E METAS

Código	Descrição	Produto	Unidade de Medida	Meta
PROGRAMA: 5 - APRIMORAMENTO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE ESPECIALIZADAS				
AÇÕES				
1037 -	IMPLEMENTAÇÃO E GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL	PESSOAS ASSISTIDAS	PORCENTAGEM	100
1038 -	AMPLIAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE (POSTOS)	UNIDADES AMPLIADAS E EQUIPADAS	UNIDADE	05
1039 -	CONSTRUÇÃO AMPL.REFORMA, REEQ. DE UNIDADES SAÚDE	UNIDADES CONSTRUÍDAS, UNIDADES AMPLIADAS	UNIDADE	02
1040 -	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E AMBULÂNCIAS	VEÍCULOS ADQUIRIDOS	UNIDADE	05
1041 -	PROGRAMA DE IMUNIZAÇÃO	VACINAÇÃO REALIZADA	PORCENTAGEM	100
2064 -	AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO BÁSICO DE SAÚDE	SERVIÇO MANTIDO	PORCENTAGEM	100
2065 -	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS - CEO	CEO MANTIDO	PORCENTAGEM	100
2066 -	DESENVOLVIMENTO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	PROGRAMA DESENVOLVIDO, PESSOAS ASSISTIDAS	PORCENTAGEM	100
2067 -	AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - PACS	PROGRAMA AMPLIADO	PORCENTAGEM	100
2068 -	AMPLIAÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	VIGILANCIA AMPLIADA (INVESTIGAÇÃO E MONITORAÇÃO)	PORCENTAGEM	100
2069 -	DESENVOLVIMENTO DA ATENÇÃO AMBULATORIAL ESPECIAL	UNIDADES PREPARADAS	PORCENTAGEM	100
2070 -	AMPLIAÇÃO DA VIGILANCIA SANITÁRIA	AÇÕES REALIZADAS	PORCENTAGEM	100
2071 -	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS	PESSOAS ATENDIDAS	PORCENTAGEM	100
2072 -	AMPLIAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE UNIDADES PARA ATENDIMENTO DO PROGRAMA PSF	UNIDADES AMPLIADAS, ADAPTADAS E EQUIPADAS	PORCENTAGEM	100
2073 -	IMPLANTACAO DO LABORATORIO DE PROTESE - LRPD	LABORATORIO IMPLANTADO	PORCENTAGEM	100
2074 -	ACOES DO TRATAMENTO FORA DO MUNICIPIO - TFD	AÇÃO REALIZADA	PORCENTAGEM	100
2074 -	ACOES DO TRATAMENTO FORA DO MUNICIPIO - TFD	ACOES MANTIDAS	PORCENTAGEM	100
2075 -	GERENCIAMENTO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AÇÃO REALIZADA	PORCENTAGEM	100
2075 -	GERENCIAMENTO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS AMPLIADOS	PORCENTAGEM	100
2076 -	GERENCIAMENTO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	AÇÕES REALIZADAS	PORCENTAGEM	100
	AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE NA ESCOLA	AÇÃO REALIZADA	PORCENTAGEM	100
	IMPLANTAR O CAPS I E CAPS AD POR MEIO DE CONSORCIO TERRITORIAL	SERVIÇOS AMPLIADOS	PORCENTAGEM	100
	IMPLANTAR CASA DE ACOHLIMENTO AS GESTANTES	AÇÕES REALIZADAS	PORCENTAGEM	100

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA**

PRAÇA CEL. ADALBERTO SAMPAIO, 253

CENTRO

RUY BARBOSA - BA

CNPJ: 13810833000160

Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018
PRIORIDADES E METAS

Código	Descrição	Produto	Unidade de Medida	Meta
PROGRAMA: 6 - VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA				
AÇÕES				
2031 -	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE CARÁTER SOCIAL E ASSISTÊNCIA A CARENTES	AÇÕES DESENVOLVIDAS, PESSOAS ASSISTIDAS	PORCENTAGEM	100
2032 -	ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	DEFICIENTES ASSISTIDOS	PORCENTAGEM	100
2033 -	GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	SERVIÇO MANTIDO	PORCENTAGEM	100
2035 -	ASSISTÊNCIA SOCIAL À MELHOR IDADE	AÇÕES REALIZADAS IDOSOS ASSISTIDOS	PORCENTAGEM	100
2036 -	GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - IGD	FAMÍLIAS CADASTRADAS	PORCENTAGEM	100
2038 -	NUCLEO DE ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS	AÇÕES REALIZADAS	PORCENTAGEM	100
2039 -	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO SUAS-IGD	AÇÕES REALIZADAS	PORCENTAGEM	100
2074 -	MANUTENÇÃO DO CREAS	MANUTENÇÃO DO CREAS	PORCENTAGEM	100
2075 -	GERENCIAMENTO DOS CMAS.	GERENCIAMENTO DOS CMAS.	PORCENTAGEM	100
	SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	JOVENS ATENDIDOS	UNIDADE	250
	CELEB. DE CONV. DE COOP. TÉCNICA E FINANCEIRA COM A COMUN. EVANG. DE PREV. USO DE DROGAS	JOVENS ATENDIDOS	UNIDADE	250
	CELEB. DE CONV. DE COOP. TÉCNICA E FINANCEIRA COM O PROJETO LEVANTA-TE E ANDA	JOVENS ATENDIDOS	UNIDADE	250
	AMPLIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE COMBATE AS DROGAS	JOVENS ATENDIDOS	UNIDADE	250
PROGRAMA: 7 - PROGRAMA DE GESTÃO DO AGRONEGÓCIO E DE PATRIMÔNIO NATURAL				
AÇÕES				
1028 -	MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	UNIDADE	10
1029 -	REALIZAÇÃO DE EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA	EVENTOS REALIZADOS	UNIDADE	20
1030 -	CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS, AGUADAS E CISTERNAS	BARRAGENS E AGUADAS CONSTRUÍDAS	UNIDADE	05
1031 -	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL - APICULTORES	PROJETO IMPLANTADO	PORCENTAGEM	100
1036 -	CONSTRUÇÃO DE VIVEIROS DE MUDAS NATIVAS	VIVEIROS DE MUDAS CONSTRUÍDOS	UNIDADE	02
2043 -	APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NA AGRICULTURA FAMILIAR	AÇÕES IMPLANTADAS	PORCENTAGEM	100
2044 -	GERENCIAMENTO DAS AÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	SERVIÇO MODERNIZADO	PORCENTAGEM	100
2045 -	MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO E CAPRINO	AÇÃO MANTIDA	PORCENTAGEM	100
2056 -	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	ARTISTAS APOIADOS	PORCENTAGEM	100
2056 -	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	INCENTIVO REALIZADOS, AÇÕES DESENVOLVIDAS	PORCENTAGEM	100
2060 -	CONSERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO NATURAL	AÇÕES REALIZADAS	PORCENTAGEM	100
	CONSTRUÇÃO DE MERCADO NO DISTRITO DE TAPIRÁIPE	EQUIPAMENTO CONSTRUÍDO	UNIDADE	1
2060 -	MANUTENÇÃO DA FROTA MECANIZADA	FROTA MANTIDA	PORCENTAGEM	100
2061 -	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E FISCALIZAÇÃO - FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO, PALESTRAS E FORUMS	AÇÃO MANTIDA	PORCENTAGEM	100
2062 -	INCENTIVO AO ECOTURISMO	ACAO MANTIDA	PORCENTAGEM	100
2063 -	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE - SEMADES	AÇÕES REALIZADAS	PORCENTAGEM	100

Sistema Desenvolvido pela Freire Informática (71) 2106-5800

Página 5 de 8

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa


PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

PRAÇA CEL. ADALBERTO SAMPAIO, 253

CENTRO

RUY BARBOSA - BA

CNPJ: 13810833000160

Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018
PRIORIDADES E METAS

Código	Descrição	Produto	Unidade de Medida	Meta
PROGRAMA: 8 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL				
AÇÕES				
1027 -	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	UNIDADES CONSTRUIDAS	UNIDADE	200
2034 -	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE	CASAS POPULARES REFORMADAS	UNIDADE	50
PROGRAMA: 9 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA MUNICIPAL - CIDADES SUSTENTÁVEIS				
AÇÕES				
1017 -	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE VIAS URBANAS	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM REALIZADA	KILOMETROS	10
1020 -	RECUPERAÇÃO E MELHORIA DE ESTRADAS VICINAIS	ESTRADAS RECUPERADAS	KILOMETROS	50
1021 -	ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS	PROJETO ELABORADO	PORCENTAGEM	100
1022 -	CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS	EQUIPAMENTO CONSTRUIDO	UNIDADE	10
1023 -	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO	ATERRO CONSTRUIDO	UNIDADE	1
1024 -	DESAPROPRIAÇÕES DE IMÓVEIS	ÁREAS E IMÓVEIS DESAPROPRIADOS	UNIDADE	05
1026 -	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS E BENS DE USO COMUM	PRAÇAS CONSTRUIDAS/AMPLIADAS	UNIDADE	02
1044 -	CONSTRUÇÃO DE AGUADAS	CONSTRUÇÃO REALIZADA	UNIDADE	20
1045 -	REEQUIPAMENTO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UNIDADE	10
2025 -	AMPLIAÇÃO DA FROTA MUNICIPAL	FROTA AMPLIADA	PORCENTAGEM	100
2027 -	MANUTENÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS E BENS DE USO COMUM	PRAÇAS MANTIDAS/REFORMADAS	PORCENTAGEM	100
2055 -	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE INFRA-ESTRUTURA	FESTIVAIS REALIZADOS	PORCENTAGEM	100

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

PRAÇA CEL. ADALBERTO SAMPAIO, 253

CENTRO

RUY BARBOSA - BA

CNPJ: 13810833000160

Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018
PRIORIDADES E METAS

Código	Descrição	Produto	Unidade de Medida	Meta
PROGRAMA: 10 - SERVIÇOS PÚBLICOS COM QUALIDADE				
AÇÕES				
1015 -	AMPLIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO D'AGUA	SISTEMA AMPLIADO	UNIDADE	01
1016 -	AMPLIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	SISTEMA AMPLIADO / CONSERVADO	KILOMETROS	05
1018 -	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	REDE AMPLIADA E CONSERVADA	KILOMETROS	02
1019 -	CONSTRUÇÃO DE CEMITÉRIO	CEMITÉRIO CONSTRUÍDO	UNIDADE	01
1025 -	CONSTRUÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DE RUY BARBOSA	CENTRO ADMINISTRATIVO CONSTRUÍDO	UNIDADE	01
2003 -	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA (CONVÊNIO)	CONVENIOS FIRMADOS	PORCENTAGEM	100
2024 -	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	SERVIÇOS MANTIDOS E COLETA AMPLIADA	PORCENTAGEM	100
2028 -	MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO	CEMITÉRIO MANTIDO	UNIDADE	01
2048 -	GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS URBANOS	SERVIÇOS GERENCIADOS	PORCENTAGEM	100
PROGRAMA: 11 - NOSSA CULTURA, NOSSA HISTÓRIA				
AÇÕES				
1034 -	CONSTRUÇÃO DO CENTRO CULTURAL	CENTRO CONSTRUÍDO	UNIDADE	01
2046 -	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BIBLIOTECA MUNICIPAL	BIBLIOTECA IMPLEMENTADA	UNIDADE	01
2054 -	APOIO ÀS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE IGUALDADE RACIAL	CONFERÊNCIAS REALIZADAS	UNIDADE	01
2054 -	APOIO ÀS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE IGUALDADE RACIAL	UAB MANTIDA	UNIDADE	01
2055 -	REALIZAÇÃO DE FESTIVAIS DE MÚSICA ALTERNATIVA MUNICIPAIS	EVENTOS REALIZADOS	UNIDADE	10
2056 -	APOIO PERMANENTE AOS ARTISTAS AMADORES	ARTISTAS APOIADOS	UNIDADE	10
2058 -	PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS E TRADICIONAIS	EVENTOS REALIZADOS	UNIDADE	20
PROGRAMA: 12 - ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO				
AÇÕES				
2007 -	SENTENÇAS JUDICIAIS	SENTENÇAS JUDICIAIS PAGAS	PORCENTAGEM	100
2008 -	ENCARGOS COM PASEP	ENCARGOS RECOLHIDOS	PORCENTAGEM	100
2009 -	SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	PORCENTAGEM	100
9009 -	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	AÇÃO REALIZADA	PORCENTAGEM	100

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
 PRAÇA CEL. ADALBERTO SAMPAIO, 253
 CENTRO
 RUY BARBOSA - BA
 CNPJ: 13810833000160

Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018
PRIORIDADES E METAS

Código	Descrição	Produto	Unidade de Medida	Meta
PROGRAMA: 13 - PROGRAMA INCLUSÃO SÓCIO-DIGITAL				
AÇÕES				
2029 -	IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA INCLUSÃO DIGITAL	PESSOAS ATENDIDAS	PORCENTAGEM	100
PROGRAMA: 14 - CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS PARA O INFANTO-JUVENIL				
AÇÕES				
2020 -	INCENTIVO AO PROTAGONISMO JUVENIL	JOVENS ATENDIDOS	PORCENTAGEM	100
2037 -	PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI	AÇÕES REALIZADAS CRIANÇAS ATENDIDAS	PORCENTAGEM	100
2040 -	ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE	CRIANÇAS E ADOLESCENTES ASSISTIDOS	PORCENTAGEM	100
2041 -	GERENCIAMENTO DAS AÇÕES DO CMDCA	AÇÕES REALIZADAS JOVENS ATENDIDOS	PORCENTAGEM	100
2042 -	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	CRIANÇAS E ADOLESCENTES ASSISTIDOS	PORCENTAGEM	100
	REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTES	CONFERENCIA RELIZADA	PORCENTAGEM	100
	IMPLANTAÇÃO DO COMITE DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES E JOVENS	COMITE IMPLANTADO E FUNCIONANDO	PORCENTAGEM	100
	REALIZAÇÃO DAS CONFERENCIAS LIVRES DE ADOLESCENTES NAS ESCOLAS	CONFERENCIAS REALIZADAS	PORCENTAGEM	100
PROGRAMA: 15 - CRESCIMENTO ECONOMICO COM RESPONSABILIDADE				
AÇÕES				
2030 -	INCENTIVO À CRIAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS	EMPREENDIMENTO ATENDIDO	PORCENTAGEM	100

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511
www.ruybarbosa.ba.gov.br

ANEXO II. A

METAS FISCAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2018

(Art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio 2000)¹

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA

ANÁLISE PRELIMINAR

O ano de 2017 tende a ser melhor do que 2016, mas ainda não deve apresentar um ritmo mais forte de atividade econômica, que vai se recuperar com mais intensidade somente no segundo semestre.

Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Produto Interno Bruto (PIB), após recuar 3,8% em 2015 - o maior tombo em 25 anos - e com retração maior do que 3% neste ano, deve voltar a crescer em 2017 - mas a uma taxa reduzida, entre zero e 0,5%.

Para 2018, a previsão ainda é de um PIB baixo, em torno de 2%, mas os índices de desemprego podem ser melhores. A ideia é que a taxa de desemprego no segundo semestre de 2017 pode começar a mostrar algum recuo, sendo um sinal favorável e podendo continuar em 2018 esse processo.

O ponto principal a ser trabalhado agora é a questão dos juros para tentar viabilizar uma retomada dos investimentos e do emprego, mantendo uma política fiscal equilibrada e consequentemente melhorando as receitas municipais.

1. INTRODUÇÃO

Considerando que para o planejamento governamental o dimensionamento da disponibilidade de recursos com que se poderá contar para o desenvolvimento das ações é condição necessária para o sucesso da aplicação de recursos, a projeção das receitas é fundamental para determinar as despesas, as quais serão a base para a fixação na Lei Orçamentária Anual do limite de gastos nos programas e ações.

¹ demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511
www.ruybarbosa.ba.gov.br

SUMÁRIO

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

CAPÍTULO II - DAS METAS E RISCOS FISCAIS

CAPÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

CAPÍTULO IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES REFERENTES ÀS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

CAPÍTULO VI - DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS

CAPÍTULO VII - DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL E OPERAÇÃO DE CRÉDITO

CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXOS

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511
www.ruybarbosa.ba.gov.br

ANEXOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511
www.ruybarbosa.ba.gov.br

SUMÁRIO

ANEXO I – PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

ANEXOII – METAS FISCAIS

- Anexo II. A Demonstrativo de Metas Fiscais e Memória de Cálculo
- Anexo II. B Avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício anterior
- Anexo II. C Anexo de metas anais fixadas nos três exercícios anteriores
- Anexo II. D Demonstrativo da evolução do patrimônio líquido
- Anexo II. E Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativo
- Anexo II. F Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência do Servidor
- Anexo II. G Estimativa e compensação da renúncia de receita
- Anexo II. H Demonstrativo da Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado

ANEXO III – RISCOS FISCAIS

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511
www.ruybarbosa.ba.gov.br

ANEXO I

PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511
www.ruybarbosa.ba.gov.br

ANEXO II

METAS ANUAIS

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511

www.ruybarbosa.ba.gov.br

ANEXO III

RISCOS FISCAIS

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

MUNICÍPIO DE RUY BARBOSA - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2018
ANEXO III

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais (Sentenças Judiciais)	937.405,64	Abertura de Créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência ou de cancelamento de despesas discricionárias	937.405,64
SUBTOTAL	937.405,64	SUBTOTAL	937.405,64

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação da receita própria	120.000,00	Contingenciamento de despesa e/ou limitação de empenho e movimentação financeira, conforme Art. 9º da LC 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.	120.000,00
Varição na Receita de Transferência de convênios, que podem ou não ocorrer dependendo da voluntariedade ou disponibilidade financeira no ente concedente	4.270.500,00	Contingenciamento de despesa e/ou limitação de empenho e movimentação financeira, conforme Art. 9º da LC 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.	4.270.500,00
SUBTOTAL	4.390.500,00	SUBTOTAL	4.390.500,00
TOTAL	5.327.905,64	TOTAL	5.327.905,64

FONTE: Sistema Contábil, Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa, 15/04/2017

LDO - Ruy Barbosa 2018

[1] Lei Complementar 101/00 Art. 4º § 3º:

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

MUNICIPIO DE RUY BARBOSA - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2018
ANEXO II. H

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2018
Aumento Permanente da Receita	3.000.000
(-) Transferências Constitucionais	750.000
(-) Transferências ao FUNDEB	600.000
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	1.650.000
Redução Permanente de Despesa (II)	4.500.000
Margem Bruta (III) = (I+II)	6.150.000
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	3.658.963
Novas DOCC	3.658.963
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	2.491.037

FONTE: Sistema Contábil, Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa, 15/04/2017

Nota: Na apuração da margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuoado - DOCC, é prevista a redução permanente de despesa por meio da racionalização dos recursos humanos. O valor atribuido ao Campo Aumento Permanente da Receita foi gerado a partir da previsão das transferências de recursos a ingressar na municipalidade.

LDO - Ruy Barbosa 2018

Lei Complementar 101/00 Art. 4º § 2º, inciso V:

V – demonstrativo da estimativa e compensação de renúncia de receita e margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

MUNICIPIO DE RUY BARBOSA - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2018
ANEXO II. G

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2018	2019	2020	
NADA CONSTA						
TOTAL						-

FONTE: Sistema Contábil, Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa, 15/04/2017

LDO - Ruy Barbosa 2018

Lei Complementar 101/00 Art. 4º § 2º, inciso V:

V – demonstrativo da estimativa e compensação de renúncia de receita e margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

MUNICÍPIO DE RUY BARBOSA - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2018
ANEXO II. F

LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a"

R\$ 1,00

RECEITAS	2014	2015	2016
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições			
Patronal			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Cobertura de Déficit Atuarial			
Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)			
DESPESAS	2014	2015	2016
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)			
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2014	2015	2016
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			
Plano Financeiro			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			

FONTE: Sistema Contábil, Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa, 15/04/2017

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

MUNICÍPIO DE RUY BARBOSA - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2018
ANEXO II. F

AMF – Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”) RS 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)
NADA CONSTA				

FONTE: Sistema Contábil, Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa,
Nota: Projeção atuarial elaborada em 15/04/2015

LDO - Ruy Barbosa 2018

Lei Complementar n.º 101/00 Art. 4º § 2º, inciso IV, alínea a:

IV - avaliação da situação financeira e atuarial

a) dos regimes geral de previdência social e próprios de servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

MUNICÍPIO DE RUY BARBOSA - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2018
ANEXO II E

LRF, art.4º, §2º, inciso III

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2016 (a)	2015 (b)	2014 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Alienação de Bens Móveis			
Alienação de Bens Imóveis			
DESPESAS EXECUTADAS	2016 (d)	2015 (e)	2014 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos			
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
SALDO FINANCEIRO	2016 (g) = ((Ia - II d) + III h)	2015 (h) = ((Ib - II e) + III i)	2014 (i) = (Ic - II f)
VALOR (III)			

NADA CONSTA

FONTE: Sistema Contábil, Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa, 15/04/2017

Nota :

LDO - Ruy Barbosa 2018

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 2º, inciso III:

§ 2º O Anexo conterá ainda:

III - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

MUNICÍPIO DE RUY BARBOSA - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2018
ANEXO II. D

LRF, art. 4º § 2º, inciso III

R\$ 1,00

PATRIMONIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	-	0%	-	0,00%	12.747.341,41	100,00%
Reservas		0%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	(29.186.971,93)	100%	30.308.118,43	100,00%	12.747.341,41	100,00%
TOTAL	(29.186.971,93)		30.308.118,43		12.747.341,41	

FONTE: Sistema Contábil, Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa, 15/04/2017

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMONIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio						
Reservas						
Lucro ou Prejuízos Acumulados						
TOTAL						

FONTE: Sistema Contábil, Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa, 15/04/2017

LDO - Ruy Barbosa 2018

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 2º, inciso III:

§ 2º O Anexo conterá ainda:

III - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

MUNICÍPIO DE RUY BARBOSA - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2018
ANEXO II. C

LRF, art. 4º § 2º, inciso II

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	
Receita Total	50.419.853,49	54.924.017,65	8,93%	57.000.000	3,78%	60.000.000	5,26%	65.910.000	9,85%	72.501.000	10,00%	
Receitas Primárias (I)	49.884.211,05	54.584.263,27	9,42%	56.735.000	3,94%	59.709.295	5,24%	65.590.661	9,85%	72.149.727	10,00%	
Despesa Total	53.718.568,07	54.041.414,22	0,60%	57.000.000	5,47%	60.000.000	5,26%	65.910.000	9,85%	72.501.000	10,00%	
Despesas Primárias (II)	52.732.556,21	53.203.426,96	0,89%	56.154.000	5,55%	59.071.938	5,20%	64.890.524	9,85%	71.379.576	10,00%	
Resultado Primário (I - II)	(2.848.345,16)	1.380.836,31	-148,48%	581.000	0,00%	637.357	9,70%	700.137	0,00%	770.150	0,00%	
Resultado Nominal	457.778,68	(4.925.501,89)	-1175,96%	(4.925.502)	0,00%	(5.403.276)	0,00%	(5.935.498)	9,85%	(6.529.048)	10,00%	
Dívida Pública Consolidada	37.837.145,28	45.564.752,48	0,00%	45.564.752	0,00%	41.144.971	-9,70%	37.092.192	-9,85%	33.382.973	-10,00%	
Dívida Consolidada Líquida	37.804.014,69	42.246.738,53	0,00%	42.246.739	0,00%	38.148.805	-9,70%	34.391.148	-9,85%	30.952.033	-10,00%	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	
Receita Total	50.419.853,49	54.924.017,65	8,93%	57.000.000	3,78%	56.425.076	-1,01%	61.596.131	9,16%	67.281.219	9,23%	
Receitas Primárias (I)	49.884.211,05	54.584.263,27	9,42%	56.735.000	3,94%	56.168.929	-1,00%	61.318.493	9,17%	66.980.403	9,23%	
Despesa Total	53.718.568,07	54.041.414,22	0,60%	57.000.000	5,47%	56.425.076	-1,01%	61.596.131	9,16%	67.281.219	9,23%	
Despesas Primárias (II)	52.732.556,21	53.203.426,96	0,89%	56.154.000	5,55%	55.606.750	-0,97%	60.709.074	9,18%	66.320.022	9,24%	
Resultado Primário (I - II)	(2.848.345,16)	1.380.836,31	-148,48%	581.000	0,00%	636.954	9,63%	699.650	0,00%	769.561	0,00%	
Resultado Nominal	457.778,68	(4.925.501,89)	-1175,96%	(4.925.502)	0,00%	(5.432.268)	0,00%	(5.970.483)	9,91%	(6.571.380)	10,06%	
Dívida Pública Consolidada	37.837.145,28	45.564.752,48	20,42%	45.564.752	0,00%	39.463.855	-13,39%	35.725.945	-9,47%	32.276.312	-9,66%	
Dívida Consolidada Líquida	37.804.014,69	42.246.738,53	11,75%	42.246.739	0,00%	36.703.611	-13,12%	33.216.635	-9,50%	30.000.678	-9,68%	

FONTE: Sistema Contábil, Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa, 15/04/2017

Metodologia de Cálculo dos Valores Correntes

VARIÁVEIS	2018	2019	2020
Crescimento real do PIB - BA (% a.a.)	2,30%	2,40%	2,50%
Inflação IGP - DI (% a.a. - 12 meses)	4,90%	4,95%	5,00%
Transferências Constitucionais	1,00%	1,00%	1,00%
Esforço de Arrecadação Municipal	1,50%	1,50%	1,50%

LDO - Ruy Barbosa 2018

Lei Complementar nº 101, Art. 4º, § 2º, inciso II: O Anexo conterá ainda: demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

MUNICÍPIO DE RUY BARBOSA - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AValiação DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2018
ANEXO II. B

LRF, art. 4º § 2º, inciso I

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2016 (a)	% PIB	Metas realizadas em 2016 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	58.500.000,00	0,0004	54.924.017,65	0,0003	(3.575.982)	(6,11)
Receitas Primárias (I)	58.214.000,00	0,0004	54.584.263,27	0,0003	(3.629.737)	(6,24)
Despesa Total	58.470.000,00	0,0004	54.041.414,22	0,0003	(4.428.586)	(7,57)
Despesas Primárias (II)	57.717.000,00	0,0004	53.203.426,96	0,0003	(4.513.573)	(7,82)
Resultado Primário (III) = (I - II)	497.000,00	0,0000	1.380.836,31	0,0000	883.836	177,83
Resultado Nominal	(4.925.501,89)	(0,0000)	(4.925.501,89)	(0,0000)	-	-
Dívida Pública Consolidada	45.564.752,48	0,0003	45.564.752,48	0,0003	-	-
Dívida Consolidada Líquida	42.246.738,53	0,0003	42.246.738,53	0,0003	-	-

FONTE: Sistema Contábil, Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa, 15/04/2017

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para o Ano de 2012

Especificação	Valor R\$ Milhares
Previsão do PIB Estadual para 2011	140.000.000,00
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual 2011	159.868.000,00,62

LDO - Ruy Barbosa 2018

Lei Complementar n.º 101, Art. 4º § 2º inciso I: avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício anterior

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

MUNICÍPIO DE RUY BARBOSA - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2018
ANEXO II. A

LRF, art. 4º § 1º

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018			2019			2020		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIBx100)	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIBx100)	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIBx100)
Receita Total	60.000.000	56.425.076	0,060	65.910.000	61.596.131	0,065	72.501.000	67.281.219	0,072
Receitas Primárias (I)	59.709.295	56.168.929	0,059	65.590.661	61.318.493	0,065	72.149.727	66.980.403	0,072
Despesa Total	60.000.000	56.425.076	0,060	65.910.000	61.596.131	0,065	72.501.000	67.281.219	0,072
Despesas Primárias (II)	59.071.938	55.606.750	0,059	64.890.524	60.709.074	0,064	71.379.576	66.320.022	0,071
Resultado Primário (III) = (I - II)	637.357	636.954	0,001	700.137	699.650	0,001	770.150	769.561	0,001
Resultado Nominal	(5.403.276)	(5.432.268)	(0,005)	(5.935.498)	(5.970.483)	(0,006)	(6.529.048)	(6.571.380)	(0,006)
Dívida Pública Consolidada	41.144.971	39.463.855	0,041	37.092.192	35.725.945	0,037	33.382.973	32.276.312	0,033
Dívida Consolidada Líquida	38.148.805	36.703.611	0,038	34.391.148	33.216.635	0,034	30.952.033	30.000.678	0,031
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias geradas de PPP (V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Sistema Contábil, Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa, 15/04/2017

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2018	2019	2020
Crescimento real do PIB - BA (% a.a.)	2,30%	2,40%	2,50%
Inflação IGP - DI (% a.a. - 12 meses)	4,90%	4,95%	5,00%
Transferências Constitucionais	1,00%	1,00%	1,00%
Esforço de Arrecadação Municipal	1,50%	1,50%	1,50%

LDO - Ruy Barbosa 2018

Lei Complementar n.º 101 Art. 4º § 1º: Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas as receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguinte.